

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.018 - SP (2019/0075466-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : TREND RESIDENCE CLUB SPE LTDA  
**ADVOGADOS** : WESLEY CÉSAR REQUI VIEIRA - SP238737  
MATHEUS LAUAND CAETANO DE MELO - SP185680  
**AGRAVADO** : JOAO CARLOS NOGUEIRA ROCHA  
**ADVOGADOS** : ERITON MOIZES SPEDO - SP253260  
GETULIO PEREIRA - SP317120

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do NCPC), interposto por TREND RESIDENCE CLUB SPE LTDA, em face de decisão acostada às fls. 547/548, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 499/504, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 500, e-STJ):

Apelações - Parcial procedência de pleitos indenizatórios - Parte autora condenada no pagamento de equivalente a dois terços das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% do valor da condenação, cabendo o remanescente à requerida - Pertinência - Ausência de elementos aptos a caracterizar os danos morais, vez que o descumprimento contratual, por si só, não induz a mal indenizável - Hipótese narrada nos autos que representou meros aborrecimentos, sem potencial para justificar a pretensão reparativa - Ausência de reparos na distribuição dos ônus da sucumbência, uma vez que o autor obtivera êxito apenas em parte dos pleitos indenizatórios buscados na demanda - Recursos improvidos.

Opostos embargos de declaração (fls. 518/526, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 527/531, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 508/515, e-STJ), o insurgente aponta violação aos artigos 489, § 1º, IV e 1.022, II, ambos de CPC/15. Sustenta, em suma, que, efetivamente, carreu aos autos todos os elementos necessários, e, registre-se, não analisados pela Corte de origem, à comprovação do seu direito de retenção, inclusive quanto à nota fiscal 66, em que há cheques nominais às fls. 367/368 (fl. 514, e-STJ) emitidos em favor de empregados da ora recorrida a fim de quitar débitos trabalhistas desta.

Contrarrazões às fls. 534/546, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 547/548, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre, ante a inexistência de afronta aos artigos 489 e 1.022, ambos do CPC/15, na medida em que as questões suscitadas foram devidamente apreciadas e adequadamente fundamentadas.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 552/555, e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso

especial.

Contraminuta às fls. 558/564, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O recurso **não** merece prosperar.

1. Não restou configurada a negativa de prestação jurisdicional. Conforme a iterativa jurisprudência deste Tribunal superior, não ocorre violação ao artigo 1.022 do CPC/15, quando *"o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional"* (AgInt no AREsp 794.406/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017).

No mesmo sentido, vejam-se, a título de exemplo: AgInt no RE nos EDcl nos EDcl nos EAR 513/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/03/2017, DJe 25/04/2017; AgInt no AREsp 1053808/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 25/08/2017; AgInt no REsp 1550044/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; AgRg no Resp 1249360/AM, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 01/09/2017.

Alega o insurgente que o acórdão impugnado restou omissos acerca de ponto relevante consistente no fato de que efetivamente, carreado aos autos todos os elementos necessários à comprovação do seu direito de retenção, inclusive quanto à nota fiscal 66, em que há cheques nominais às fls. 367/368 (fl. 514, e-STJ) emitidos em favor de empregados da ora recorrida a fim de quitar débitos trabalhistas desta.

Todavia, verifica-se, conforme os trechos a seguir citados, que a Corte local decidiu de modo fundamentado as questões essenciais ao deslinde da controvérsia.

A propósito, cita-se os seguintes excertos de fls. 503/504, e-STJ:

No tocante às razões recursais deduzidas pela ré, igualmente não foram demonstradas as irregularidades imputadas ao autor. Não se aparta a conclusão exposta pelo d. Juízo, no sentido em que os documentos que se referem a débitos trabalhistas "não discriminam as notas de serviços a que se referem".

Como cediço, alegações genéricas, sem a necessária demonstração específica, não têm o condão de isentar a parte dos ônus a ela incumbidos. A legalidade das retenções não se mostrou patente. Nesse passo, incumbia à requerida, por qualquer meio lícito, trazer elementos mínimos para prova do pagamento, ou de eventual motivo ensejador do distrato, o que não se dera no caso dos autos.

Ademais, consoante entendimento desta Corte, não configura ofensa ao art. 489 do Novo Código de Processo Civil, o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, quando encontrou razões suficientes para a decisão, como ocorre na hipótese. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO NCP. NÃO OCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE VERBA NÃO PREVISTA NO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS AO QUAL O ASSISTIDO ESTÁ VINCULADO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA FORMAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. **1. Não configura ofensa ao art. 498, II, § 1º, e IV, do Novo Código de Processo Civil o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.** [...] 3. Agravo interno ao qual se nega provimento. (AgInt no REsp 1693508/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, Dje 09/02/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANULATÓRIA. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. EXCEÇÃO DE USUCAPIÃO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. MÁ-FÉ COMPROVADA. MATÉRIA PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CERCEAMENTO DE DEFESA. RECURSO. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIÊNCIA. SÚMULA Nº 284/STF. **1. Não há ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente a respeito das questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em nenhum vício capaz de maculá-lo.** [...] 5. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1094857/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018) [grifou-se]

Afastada, portanto, a alegada violação aos artigos 489 e 1022 do CPC/15, na hipótese.

**2.** Do exposto, **nego** provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator